



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Procuradoria Geral**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001 E/2021.**

**INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – “REFIS MUNICIPAL 2021” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Conselheiro Lafaiete, por seus representantes, decretou:

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Conselheiro Lafaiete, denominado **REFIS MUNICIPAL 2021**, destinado a oferecer ao sujeito passivo a oportunidade de extinguir suas dívidas tributárias e não tributárias inscritas ou não em Dívida Ativa seja crédito fiscal ou saldo de acordo de parcelamento, nas seguintes situações:

- I** – denunciado espontaneamente pelo sujeito passivo ou já constituído;
- II** – inscrito ou não em Dívida Ativa, ainda que ajuizada a sua cobrança, com ou sem trânsito em julgado, inclusive os créditos com exigibilidade suspensa;
- III** – tenha sido objeto de notificação ou autuação;
- IV** – saldo resultante de acordo de parcelamento anterior, em qualquer fase de cobrança, seja administrativo ou judicial;

**§ 1º** - Para efeito desta lei, compreende-se crédito fiscal, o valor principal da obrigação tributária ou não tributária atualizada e consolidada no ato da adesão ao programa, sem prejuízo dos demais acréscimos legais previstos na legislação municipal vigente.

**§ 2º** - Compreende-se saldo de acordo de parcelamento, o valor de acordo não cumprido, reincorporados eventuais descontos concedidos à época por outros programas, bem como os demais acréscimos legais, previstos na legislação específica do respectivo crédito.

**Art.2º** – O **REFIS MUNICIPAL 2021** será administrado pela Secretaria Municipal de Fazenda, com competência para implementar os procedimentos necessários à execução do Programa, observado o disposto nesta lei, especialmente:

- I** – Expedir instruções normativas à execução do Programa;
- II** – Promover a rotina e os procedimentos necessários à execução do programa, em especial no que tange as adequações pertinentes necessárias ao bom desenvolvimento do sistema de informação municipal;
- III** – Recepcionar as opções pelo programa REFIS MUNICIPAL 2021;
- IV** – Providenciar a exclusão do Programa os optantes que descumprirem suas condições, adotando as medidas cabíveis.

**Art. 3º** - Poderão aderir ao programa, contribuinte pessoa física ou jurídica, que possuir débitos tributários e não-tributários, vencidos e não quitados até o dia 31 de Dezembro de 2020.



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Procuradoria Geral**

§ 1º - O ingresso no REFIS MUNICIPAL 2021, dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento do(s) seus débito(s).

§ 2º - Poderão ser incluídos no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento.

**Art. 4º** - A adesão ao programa será efetuada a pedido do sujeito passivo, quais sejam: contribuintes, responsáveis, sucessores tributários ou terceiros que, interessarem em obter o benefício.

§ 1º - O prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal de Conselheiro Lafaiete– **REFIS MUNICIPAL 2021**, será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Lei.

§ 2º - O contribuinte, no ato da formalização do pedido de parcelamento, poderá optar pela data de vencimento das demais parcelas com até 30 (trinta) dias a contar da data de vencimento da primeira.

**Art. 5º** - O parcelamento será concedido à vista do “Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento”, o qual será elaborado e disponibilizado pela Secretaria Municipal de Fazenda ao contribuinte.

§ 1º - Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados pelo sujeito passivo, de forma irrevogável e irretroatável, até a data da opção pelo REFIS MUNICIPAL 2021.

§ 2º - A opção pelo **REFIS MUNICIPAL 2021**, implica:

I – confissão irrevogável e irretroatável da totalidade dos débitos incluídos no Programa;

II – pagamento imediato da primeira parcela;

III – suspensão da exigibilidade dos débitos integralmente confessados;

IV – submissão integral às normas e condições estabelecidas para o Programa;

§ 3º Fica facultada à administração municipal a substituição da assinatura do Termo de Confissão de Dívida Fiscal por aceite eletrônico diretamente no site do município, para parcelamentos de valor igual ou inferior ao estabelecido no Art. 9º Lei Municipal 5.979, de 17 de julho de 2019, cujo pagamento da primeira parcela suprirá o termo para todos os efeitos legais.

**Art. 6º** - Os débitos da pessoa física ou jurídica optante ao REFIS MUNICIPAL 2021, serão consolidados tomando por base a data de sua formalização.

§ 1º - A consolidação abrangerá os débitos confessados pela pessoa física ou jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, inclusive os acréscimos legais, determinados na legislação tributária Municipal vigente.



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Procuradoria Geral**

§ 2º - Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força de concessão de medida liminar em ação judicial, a inclusão no REFIS MUNICIPAL 2021, dos respectivos débitos, fica condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial e de qualquer outra, bem como à renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, do qual se funda a ação.

§ 3º - Requerida a desistência da ação judicial, com renúncia ao direito sobre que se funda, os depósitos judiciais deverão ser levantados e convertidos em renda para amortização, permitida a inclusão no REFIS, de eventual saldo devedor.

**Art. 7º** - Os créditos tributários e não tributários vencidos e inscritos ou não em Dívida Ativa, poderão ser pagos à vista ou em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, conforme estabelecido abaixo:

a) Com desconto de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o montante dos Juros e da Multa, se requerido o pagamento à vista;

b) Com desconto de 85% (noventa por cento) sobre o montante dos Juros e da Multa, se requerido o pagamento em até 06 (seis) parcelas mensais;

c) Com desconto de 75% (cinquenta por cento) sobre o montante dos Juros e da Multa, se requerido o pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais;

d) Com desconto de 50% (trinta por cento) sobre o montante dos Juros e da Multa, se requerido o pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais.

**Parágrafo Único.** O pagamento se dará mediante DAM (documento de arrecadação Municipal) expedida pela Secretária Municipal de Fazenda.

**Art. 8º** - O valor mínimo de cada parcela dos acordos formalizados por esta Lei não poderão ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º - O débito tributário será devidamente corrigido, aplicando-se ao mesmo, o índice de correção monetária (INPC), juros legais no percentual de 1,0% (um por cento) ao mês, além da multa devida no percentual de 10% (dez por cento).

§ 2º - A falta de pagamento de qualquer parcela no vencimento ensejará a correção monetária, multa de 10 (dez) % sobre o valor da parcela em mora e juros de 1% ao mês.

§ 3º - Às parcelas vincendas serão acrescidos juros de 1% ao mês.

**Art. 9º** - A pessoa física ou jurídica optante pelo REFIS MUNICIPAL 2021, será excluída nas seguintes hipóteses:

**I** - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas no Programa;

**II** - atraso igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias no pagamento da segunda e/ou demais parcelas.

**III** - decretação de falência, extinção, pela liquidação ou cisão de pessoa jurídica;



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Procuradoria Geral**

**IV** – decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável ao contribuinte;

**Parágrafo Único** – A exclusão da pessoa física ou jurídica do REFIS MUNICIPAL 2021 implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na data da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, independente de procedimento administrativo.

**Art. 10** - Constatado o inadimplemento, perderá o contribuinte os benefícios desta lei, sendo procedida, no caso de créditos não inscritos em Dívida Ativa, a inscrição do saldo remanescente para cobrança judicial.

**§ 1º** - Em se tratando de crédito já inscrito em Dívida Ativa, proceder-se-á imediata cobrança judicial ou extrajudicial (protesto cartorário) do saldo remanescente.

**§ 2º** - Em se tratando de crédito cuja cobrança esteja ajuizada e suspensa, dar-se-á prosseguimento imediato à ação de execução fiscal.

**Art.11** - No caso de solicitação de Certidão Negativa de Débito pelo contribuinte beneficiado com REFIS MUNICIPAL 2021, desde que esteja em dia com pagamento, certificar-se-á, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional - CTN.

**§ 1º** - A Certidão expedida nos termos deste artigo terá validade pelo prazo de 30 (trinta) dias.

**§ 2º** - A Certidão Positiva com efeito de Negativa e que trata o *caput* deste artigo só será emitida após a quitação da primeira parcela.

**Art. 12** - Para todos os créditos, nos casos de parcelamento, fica interrompida a prescrição nos termos do art. 174, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 5.172/1966 – Código Tributário Nacional.

**Art. 13** – A opção pelo programa implica ainda no reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, além da comprovação de recolhimento de custas e encargos porventura devidos conforme dispuser na legislação vigente.

**Parágrafo Único** – Verificada a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo do parcelamento a que se obrigou, obedecendo-se o estabelecido no art. 792 do Código de Processo Civil.

**Art. 14** – A adesão ao REFIS MUNICIPAL 2021 não acarreta:

**I** – homologação pela Administração Municipal dos valores declarados pelo sujeito passivo;



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Procuradoria Geral**

**II** – renúncia pela Administração Municipal ao direito de apurar a exatidão dos créditos;

**III** – novação prevista no art. 360, inciso I, da Lei nº. 10.406/2002 – Código Civil;

**IV** – dispensa do cumprimento das obrigações acessórias, nem de outras obrigações legais ou contratuais.

**Art.15** – As disposições relativas ao Programa de Recuperação Fiscal do Município - REFIS MUNICIPAL 2021, previstas nesta Lei, vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogadas por decreto.

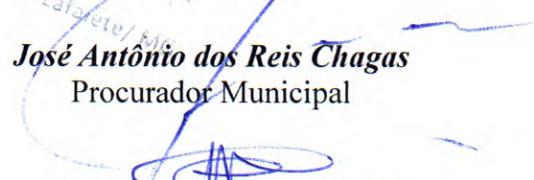
§ 1º - Fica expressamente vedada à concessão dos benefícios estabelecidos nesta Lei, fora do prazo previsto no *caput* deste artigo, sob pena de responsabilidade funcional.

**Art. 16** - Fica determinada a criação de programas de divulgação e orientação do REFIS MUNICIPAL 2021, a serem elaborados e divulgados por todas as Secretarias Municipais nas mais variadas formas, em especial em veículos de comunicação.

**Art. 18** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro Lafaiete, 19 de janeiro de 2021.

  
**Mário Marcus Leão Dutra**  
Prefeito Municipal

  
**José Antônio dos Reis Chagas**  
Procurador Municipal

  
**Cláudio de Castro Sá Filho**  
Secretário Municipal da Fazenda



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Procuradoria Geral**

Conselheiro Lafaiete, 19 de janeiro de 2021.

Exmº Sr.

**JOÃO PAULO FERNANDES RESENDE**

Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete – MG.

Ref.: **ENCAMINHAMENTO E JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI**  
**COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_ -E /2021**

**Sr. Presidente da Câmara Municipal,**  
**Senhores Vereadores,**

É de conhecimento público que a crise financeira imposta sobre os brasileiros, muitas vezes em decorrência de casuísmos, desempregos e em especial neste momento, em razão da pandemia do “**CORONA VÍRUS**”, vem levando a maioria da população a inadimplência. Não é diferente em relação para com o poder público.

A Municipalidade, nos últimos anos vem através de proposta de recuperação de receitas, submetendo ao Legislativo Projeto de Lei Complementar visando anistia em relação a multas e juros. Por agora, estamos também incluindo recuperação de créditos de qualquer natureza, inclusive aquele constituídos ou a constituir vias judiciais, julgados em definitivo ou não decorrentes de pretensões/reconhecimento por indébito/devolução, ressarcimento etc.

Em relação a pequenos valores, muitas vezes não compensa sequer ajuizamento de ações, pois embora o que pese a isenção de custas aos entes federados na forma da Lei, esta isenção não atinge as indenizações aos oficiais de justiça.

A título de exemplo, um contribuinte em débito com R\$100,00 (cem reais) se ajuizada ação de cobrança a indenização devida previamente ao oficial de justiça poderá ser superior ao crédito, dificultando por certo o sucesso no recebimento e onerando o devedor.



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Procuradoria Geral**

O não pagamento pelo contribuinte notadamente se inscrito em dívida ativa o coloca em situação irregular para com suas atividades, naquilo que depende de autorização municipal.

Os impactos fiscais do projeto já foram previstos na LDO e na respectiva Lei Orçamentária para o exercício de 2021.

A necessidade do Município de receber seus créditos, notadamente pela ânsia da manutenção e melhoria na prestação de seus serviços essenciais, leva o Executivo, também reconhecendo as dificuldades financeiras de nossos Municípios, inadimplência, em apresentar a Egrégia Câmara Municipal o anexo Projeto de Lei instituindo novo programa de recuperação de receitas de crédito de outras naturezas, o qual esperamos ver discutido e aprovado, ressaltando a natureza de seu objeto.

Conselheiro Lafaiete, 18 de janeiro de 2021.

  
Mário Marcus Leão Dutra  
Prefeito Municipal

Mário Marcus Leão Dutra  
Prefeito  
Conselheiro Lafaiete/MG

José Antônio dos Reis Chagas  
Procurador Municipal

  
Cláudio de Castro Sá Filho  
Secretário Municipal da Fazenda



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
PROCURADORIA GERAL

Conselheiro Lafaiete, 19 de janeiro de 2021.

Ofício nº: 009/2021/PMCL/PROC

**Assunto: Encaminha Projeto de Lei \_\_\_\_-E/2021.**

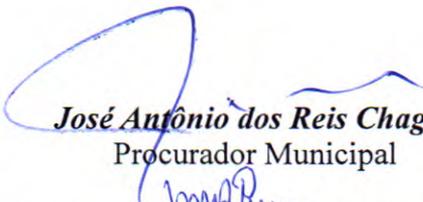
**Senhor Presidente,**

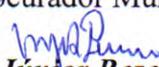
A Procuradoria Municipal vem, com o devido respeito, encaminhar à Mesa Legislativa o Projeto de Lei a seguir, instruído com justificativa, para apreciação e votação:

**INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE  
CONSELHEIRO LAFAIETE – “REFIS MUNICIPAL 2021” E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Ao ensejo, reiteramos reconhecimento de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**José Antônio dos Reis Chagas**  
Procurador Municipal

  
**Moacir Júnior Rezende Pereira**  
Chefe de Seção

Exmº Senhor João Paulo Fernandes Resende  
MD Presidente da Câmara Municipal do Município de Conselheiro Lafaiete  
Nesta